

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

CÂMARA MUNICIPAL

2018/05/17

ATA NÚMERO 17/2017-21 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 17 DE MAIO DE 2018

Aos dezassete dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, nesta cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município, Salão Nobre das Reuniões, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Valdemar de Carvalho Pereira, com a assistência da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos e a presença dos Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias, José Damião Lopes Guedes de Melo, Susana Cristina Dias Pereira e José Bruno Gouveia Cardoso, teve lugar a décima sétima reunião desta Câmara Municipal, no mandato autárquico de dois mil e dezassete - dois mil e vinte e um.

O **Senhor Presidente da Câmara** declarou aberta a reunião pelas dez horas.

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

Passou-se de imediato à apreciação da minuta da ata número dezasseis da reunião desta Câmara Municipal de três de maio corrente, a qual foi aprovada por unanimidade sem alterações.

Passou-se de seguida ao

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias**, solicitou os seguintes esclarecimentos:

1º qual a data prevista para a reparação de uma grande infiltração que existe no edifício da Loja do Cidadão, a qual, de acordo com informação prestada pela Agência de Modernização Administrativa, irá ser objeto de intervenção por parte desta Câmara Municipal;

2º qual é o formato do programa da TVI "Somos Portugal" que se realizará em Tarouca, no próximo domingo, e se está prevista alguma alteração, pois considera-o um pouco repetitivo.

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, em resposta ao Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias, informou que se irá deslocar ao edifício da Loja do Cidadão para perceber o problema e decidir o que é necessário fazer.

O **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo**, em resposta ao mesmo Senhor Vereador, informou que o formato do programa "Somos Portugal" é da TVI e as Câmaras Municipais têm que se adaptar, uma vez que não existem encargos, exceto o alojamento e as refeições. No entanto, irão tentar apresentar algumas novidades.

Terminado o período de antes da ordem do dia, e verificando-se que não havia público presente, o **Senhor Presidente da Câmara** deu início à discussão da seguinte

ORDEM DO DIA

PONTO 1 - 1ª alteração ao Regulamento dos Serviços Municipais - proposta

PONTO 2 - Expropriação de uma parcela de terreno destinada à construção da área de acolhimento empresarial e logística de Tarouca - Depósito à Ordem do Tribunal do montante arbitrado - proposta

PONTO 3 - Determinação do valor de I (Investimento Municipal pela realização das infraestruturas gerais na área urbana do Município) prevista na fórmula de cálculo da TRIU, para vigorar em 2018 - proposta

PONTO 4 - Ginásio Clube de Tarouca - pedido de apoio para o Passeio de Cicloturismo de médio percurso "Até às margens do Vouga" - pedido de apoio

PONTO 5 - Sofia de Almeida, residente em Vila Chã do Monte - pedido de confirmação do reconhecimento formal do direito ao processo de regularização constante da Lei n° 112/2017, de 29.12 - apreciação da resposta apresentada em sede de audiência prévia e decisão final

PONTO 6 - Isenção de pagamento das seguintes licenças:

A) Flor do Sabugueiro - Associação Recreativa e Cultural de Dálvares - Festival da Flor do Sabugueiro - 2018;

B) Associação de Moradores de Arguedeira - IV Corrida de Carrinhos de Rolamentos

PONTO 7 - Alienação de máquinas e de veículos inoperacionais e abate de outro equipamento - proposta

PONTO 8 - Processo n° 98/2017 em nome de Aníbal Pedro Pinto de Oliveira - aldeamento turístico - despacho

PONTO 9 - Processo n° 77/2018 em nome Valdemar de Carvalho Pereira - operação de loteamento - Despacho

PONTO 10 - Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município - INFORMAÇÃO

PONTO 11 - Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias - INFORMAÇÃO

PONTO 12 - Resumo diário da tesouraria

PONTO 13 - Associação Desportiva e Recreativa Tarouquense - pedido de atribuição de subsídio no valor de € 4.000,00

PONTO 1 - 1ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS - PROPOSTA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal que a seguir se transcreve:

"1ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

PROPOSTA

Na sequência da deliberação da Assembleia Municipal de 23.02.2018 que aprovou a alteração ao número de subunidades orgânicas dos serviços municipais, foram criadas, por meu despacho de 08.03.2018, a Secção Administrativa de Águas e Saneamento e a Secção da Biblioteca Escolar, sendo necessário proceder à atualização do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

CÂMARA MUNICIPAL

2018/05/17

Este regulamento tem natureza interna.

Assim, **proponho** a V.Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea k) do° 1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, aprovar a seguinte alteração aos artigos 11° e 17° e aditamento do artigo 17°-A do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, publicado no Diário da República, 2ª série, n° 21, de 30 de janeiro de 2013:

1° revogada a alínea b) do n°2 do artigo 11°;

2° alterada a redação do artigo 11°, que passa a ser a seguinte:

"Artigo 11.º

Subunidades orgânicas

1. A Divisão Administrativa e Financeira integra as seguintes subunidades orgânicas:

a) (...)

b) (...)

c) (...)

d) (...)

e) Secção Administrativa de Águas e Saneamento;

f) Secção da Biblioteca Escolar

2. Integram ainda a Divisão Administrativa e Financeira os seguintes serviços:

a) Gabinete de Informática;

b) (revogado)

c) Serviço de Recursos Humanos."

3° alterada a redação do n°1 do artigo 17° que passa a ser a seguinte:

"Artigo 17.º

Secção Administrativa de Águas e Saneamento

1. À Secção Administrativa de Águas e Saneamento compete executar todas as tarefas administrativas relacionadas com o atendimento ao público, presencial, telefónico e eletrónico, em tudo que diga respeito aos serviços de fornecimento de água, tratamento de águas residuais e recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos.

2. (...)"

4°aditado o artigo 17°-A, com a seguinte redação:

"Artigo 17°-A**Secção da Biblioteca do Centro Escolar**

À Secção da Biblioteca do Centro Escolar compete nomeadamente:

a) apoiar os planos de implementação de bibliotecas escolares, ao nível do 1º ciclo, prestando colaboração técnica no domínio da sua criação, organização e gestão do seu fundo documental;

b) colaborar na articulação entre bibliotecas escolares e com a biblioteca e o arquivo municipais;

- c) promover ações de animação da leitura e apoiar/ cooperar em projetos de leitura, tendo em vista o desenvolvimento dos hábitos de leitura e competências de literacia;
- d) manter organizado os acervos da biblioteca, incluindo o material audiovisual e material lúdico;
- e) disponibilizar recursos documentais às escolas."

Paços do Município, 11.05.2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar, no uso da competência prevista na alínea k) doº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, a seguinte alteração aos artigos 11º e 17º e aditamento do artigo 17º-A do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 21, de 30 de janeiro de 2013:

1º revogada a alínea b) do nº2 do artigo 11º;

2º alterada a redação do artigo 11º, que passa a ser a seguinte:

"Artigo 11.º

Subunidades orgânicas

1. A Divisão Administrativa e Financeira integra as seguintes subunidades orgânicas:

g) (...)

h) (...)

i) (...)

j) (...)

k) Secção Administrativa de Águas e Saneamento;

l) Secção da Biblioteca Escolar

2. Integram ainda a Divisão Administrativa e Financeira os seguintes serviços:

d) Gabinete de Informática;

e) (revogado)

f) Serviço de Recursos Humanos."

3º alterada a redação do nº1 do artigo 17º que passa a ser a seguinte:

"Artigo 17.º

Secção Administrativa de Águas e Saneamento

1. À Secção Administrativa de Águas e Saneamento compete executar todas as tarefas administrativas relacionadas com o atendimento ao público, presencial, telefónico e eletrónico, em tudo que diga respeito aos serviços de fornecimento de água, tratamento de águas residuais e recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos.

2. (...) "

4ºaditado o artigo 17º-A, com a seguinte redação:

"Artigo 17º-A

Secção da Biblioteca do Centro Escolar

À Secção da Biblioteca do Centro Escolar compete nomeadamente:

f) apoiar os planos de implementação de bibliotecas escolares, ao nível do 1º ciclo, prestando colaboração

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

CÂMARA MUNICIPAL

2018/05/17

técnica no domínio da sua criação, organização e gestão do seu fundo documental;

g) colaborar na articulação entre bibliotecas escolares e com a biblioteca e o arquivo municipais;

h) promover ações de animação da leitura e apoiar/ cooperar em projetos de leitura, tendo em vista o desenvolvimento dos hábitos de leitura e competências de literacia;

i) manter organizado os acervos da biblioteca, incluindo o material audiovisual e material lúdico;

j) disponibilizar recursos documentais às escolas.

PONTO 2 - EXPROPRIAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO DESTINADA À CONSTRUÇÃO DA ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL E LOGÍSTICA DE TAROUCA - DEPÓSITO À ORDEM DO TRIBUNAL DO MONTANTE ARBITRADO - PROPOSTA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal que a seguir se transcreve:

"EXPROPRIAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO DESTINADA À CONSTRUÇÃO DA ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL E LOGÍSTICA DE TAROUCA

DEPÓSITO À ORDEM DO TRIBUNAL DO MONTANTE ARBITRADO PROPOSTA

Em 02.03.2018, recebemos o acórdão dos árbitros nomeados pelo Tribunal da Relação de Coimbra, para efeitos do disposto no artigo 42º do Código das Expropriações, no âmbito do processo de expropriação de uma parcela de terreno destinada à construção da Área de Acolhimento Empresarial e Logística de Tarouca.

O valor da indemnização arbitrado foi de € 277.897,44.

Uma vez que discordámos do montante fixado, por razões de interesse público, o processo de expropriação foi remetido ao tribunal.

Nestas circunstâncias, de acordo com o nº1 do artigo 51º do mesmo diploma, a entidade expropriante deve proceder ao depósito à ordem do tribunal do montante arbitrado ou, se for o caso, da parte em que exceda a quantia já depositada nos termos do artigo 20º.

Assim, uma vez que o Município já efetuou o depósito da quantia de € 111.150,00, deve agora proceder ao depósito da parte que excede aquela, ou seja, € 166.747,44.

Com fundamento no exposto, proponho a V.Exas que esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea g) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, delibere autorizar a realização da mencionada despesa, no montante de € 166.747,44 e o respetivo pagamento.

Paços do Município, 15 de maio de 2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade, no uso da competência prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, aprovar a presente proposta, autorizar a realização da mencionada despesa, no montante de € 166.747,44 (cento e sessenta e seis mil e setecentos e quarenta e sete euros e quarenta e quatro cêntimos) e o respetivo pagamento.

PONTO 3 - DETERMINAÇÃO DO VALOR DE I (INVESTIMENTO MUNICIPAL PELA REALIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS GERAIS NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO) PREVISTA NA FÓRMULA DE CÁLCULO DA TRIU, PARA VIGORAR EM 2018 - PROPOSTA

Presente a informação da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira que a seguir se transcreve:

"DETERMINAÇÃO DO VALOR DE I (INVESTIMENTO MUNICIPAL PELA REALIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS GERAIS NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO) PREVISTA NA FÓRMULA DE CÁLCULO DA TRIU, PARA VIGORAR EM 2018

INFORMAÇÃO

Acerca do assunto em epígrafe, cumpre-me informar V. Exa. do seguinte:

1. De acordo com o n.º 1 do artigo 38.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Tarouca, a fórmula de cálculo da parcela Q2 que serve de base de cálculo à TRIU (Taxa pela Realização, Manutenção e Reforço das Infraestruturas Urbanísticas) inclui o valor de I, que é o "Investimento Municipal pela realização e ampliação das infraestruturas gerais na área urbana do Município, calculada com base no Plano Plurianual de Investimento Municipal, relativo ao último ano."

2. Dá-se aqui por integralmente reproduzida a minha informação datada de 7 de janeiro de 2014, sobre a forma de determinação do valor de "I".

3. Assim, tendo já sido aprovado o mapa de execução do Plano Plurianual de Investimentos de 2017, foi efetuado o levantamento dos investimentos executados a considerar, que constam do Quadro 1.

Com fundamento no exposto, proponho que o valor de "I" incluído na parcela Q2 da fórmula de cálculo da Taxa pela Realização, Manutenção e Reforço das Infraestruturas Urbanísticas (TRIU), prevista no n.º 1 do artigo 38.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Tarouca, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 135, de 14.07.2010, para vigorar em 2018, seja fixado em **230 759 € (duzentos e trinta mil e setecentos e cinquenta e nove euros)**.

Anexo: Mapa de execução do PPI de 2017, aprovado pela Câmara Municipal; Quadro 1; Quadro 2 (Evolução do valor da parcela "I")

Deixo à consideração de V. Exa.

Tarouca, 11.05.2018

A Chefe de Divisão da DAF,

a) Luísa M.ª de Sousa Teixeira Ramos"



Fl. 021
[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

2018/05/17

O **Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** perguntou se há alguma alteração em relação ao valor fixado em 2017, tendo a **Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira** informado que se verifica uma ligeira subida do valor.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade, com fundamento na presente informação, que o valor de "I" incluído na parcela Q2 da fórmula de cálculo da Taxa pela Realização, Manutenção e Reforço das Infraestruturas Urbanísticas (TRIUI), prevista no n.º 1 do artigo 38.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Tarouca, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 135, de 14.07.2010, para vigorar em 2018, seja fixado em 230 759 € (duzentos e trinta mil e setecentos e cinquenta e nove euros).

Foi ainda deliberado por unanimidade que esta deliberação produz efeitos dez dias após a respetiva publicitação.

PONTO 4 - GINÁSIO CLUBE DE TAROUCA - PEDIDO DE APOIO PARA O PASSEIO DE CICLOTURISMO DE MÉDIO PERCURSO "ATÉ ÀS MARGENS DO VOUGA" - PEDIDO DE APOIO

Presente um ofício datado de quinze de maio corrente, remetido pelo Ginásio Clube de Tarouca, informando que no próximo dia dez de junho corrente irão realizar uma prova de cicloturismo designada "Até às Margens do Vouga", solicitando a atribuição de um subsídio para a compra de brindes para os participantes.

O **Senhor Presidente da Câmara** propôs a atribuição de um subsídio de igual valor aquele que foi atribuído no ano findo.

O **Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** disse concordar com a atribuição do subsídio, uma vez que o Senhor Presidente da Câmara é que conhece as disponibilidades financeiras do Município.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade, por se reconhecer o interesse municipal deste evento, atribuir ao Ginásio Clube de Tarouca um subsídio no valor total de € 300 (trezentos euros) destinado à aquisição dos brindes para os participantes na prova de cicloturismo denominada "Até às margens do Vouga" (alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo 1 à Lei n.º 75/2013, de 12.09).

PONTO 5 - SOFIA DE ALMEIDA, RESIDENTE EM VILA CHÃ DO MONTE - PEDIDO DE CONFIRMAÇÃO DO RECONHECIMENTO FORMAL DO DIREITO AO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO CONSTANTE DA LEI N.º 112/2017, DE 29.12 - APRECIÇÃO DA RESPOSTA APRESENTADA EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA E DECISÃO FINAL

Presente a resposta apresentada em sede de audiência prévia por Sofia de Almeida, residente em Vila Chã do Monte, freguesia de S. João de Tarouca, concelho de Tarouca,

relativa ao seu pedido de confirmação do reconhecimento formal do direito ao processo de regularização constante da Lei nº 112/2017, de 29.12, o qual foi objeto de projeto de decisão de indeferimento por deliberação desta Câmara Municipal de 22.03.2018.

A resposta vem acompanhada da proposta do Senhor Presidente da Câmara que a seguir se transcreve:

"PEDIDO DE RECONHECIMENTO DO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES CORRESPONDENTES A NECESSIDADES PERMANENTES PARA EFEITOS DE CONCRETIZAÇÃO DO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO

REQUERENTE: SOFIA DE ALMEIDA

APRECIÇÃO DA RESPOSTA APRESENTADA E PROPOSTA DE DECISÃO FINAL

Na sequência da deliberação desta Câmara Municipal de 22.03.2018, proferida sobre o assunto em epígrafe, foi a requerente Sofia de Almeida notificada, através do ofício nº 734 de 28.03.2018, para se pronunciar sobre o projeto de decisão do seu pedido, no exercício do direito de audiência prévia.

A resposta escrita foi recebida dentro do prazo fixado, no dia 16.04.2018.

Na sua resposta, a requerente conclui que durante 7 anos exerceu atividade laboral contratualizada com o Município, de forma ininterrupta, permanente e duradoura, em expressa subordinação jurídica, pelo que as funções que desempenhou no período de referência indicado no âmbito do disposto na Lei nº 112/2017, de 29.12, correspondem a necessidades permanentes do Município e dos serviços da área financeira, encontrando-se por isso em condições, por reunir os requisitos legais, de concorrer ao procedimento de regularização extraordinária.

"E assim, em obediência ao princípio da justiça, por razões de paridade e igualdade com situações análogas ocorridas neste Município, deve ser acolhido as razões ora carreadas e alterando o projeto de decisão em análise, deferindo o pedido de reconhecimento do exercício de funções correspondentes a necessidades permanentes, para efeitos de concretização do processo de regularização em curso no Município de Tarouca."

Conforme requerido, foram juntas à resposta da requerente cópias das atas das reuniões da Câmara Municipal de 24.07.2014, 16.07.2015 e 04.09.2017, e do respetivo certificado de habilitações literárias (licenciatura em Organização e Gestão de Empresas).

Analisadas as razões de facto e de direito alegadas pela requerente:

1- De facto, o Município de Tarouca celebrou com a requerente vários e sucessivos contratos de aquisição de serviços, em regime de avença, entre 2012 e 2017.

Esses contratos foram celebrados, inicialmente, na área da contabilidade e, a partir de 01.08.2014, para **prestação de serviços de informação fiscal, registo de dados e outro**



MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

2018/05/17

apoio técnico no Serviço Local de Finanças de Tarouca, conforme consta expressamente dos mesmos (ver título e cláusula 1ª) e dos respectivos cadernos de encargos.

De modo que, ao contrário do alegado no ponto 12º da sua resposta, o conteúdo essencial dos mesmos (o objeto contratual) foi sendo alterado.

A partir de 01.08.2014, o fim expresso e objetivo dos contratos de avença era a prestação de serviços **no e para o Serviço Local de Finanças de Tarouca**.

Durante o período de vigência destes contratos, era o Chefe do Serviço Local de Finanças que solicitava à requerente o apoio técnico de que necessitava, enquadrado no objeto contratual, fixando as horas em que deveria prestar o serviço e atribuindo-lhe os meios para o efeito.

O serviço ali prestado pela requerente incidia sobre assuntos da exclusiva competência da Autoridade Tributária, sobre o qual, por consequência, o Município de Tarouca, através dos seus representantes, não podia interferir.

E durante todo esse tempo, o Município de Tarouca, através dos seus representantes, não definiu **um ou o** horário de trabalho, nem deu ordens e instruções à requerente, em matéria de serviço.

Donde se conclui que a requerente prestou o serviço com autonomia técnica e jurídica, em relação ao Município.

2- O Município celebrou os mencionados contratos com a requerente com o objetivo único de satisfazer necessidades do Serviço Local de Finanças, temporárias, decorrentes do aumento de trabalho e excecional do serviço, nomeadamente, das alterações legais em sede de IMI.

O IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) sendo um imposto municipal, é objeto de liquidação e cobrança pela administração central, sem qualquer interferência desta autarquia nesse serviço.

Trata-se de matéria da exclusiva competência da Autoridade Tributária (AT), onde, portanto, o Município, não tem, nem pode ter, qualquer interferência.

E ainda que a requerente tenha prestado auxílio no preenchimento do IRS, essa função é também uma função da AT.

3- Por outro lado, sendo certo que, em 03.09.2017, esta Câmara Municipal deliberou aprovar a abertura de um procedimento concursal para preenchimento de um posto de trabalho de técnico superior com licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, a respetiva fundamentação é clara: "execução de atividades permanentes da Divisão Administrativa e Financeira, na área financeira, (...) **no âmbito da contabilidade autárquica**".

Outra razão não poderia ter, sob pena de violação do princípio da legalidade e, em especial do disposto no artigo 30º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

A abertura desse procedimento foi efetuada para posto de trabalho previsto no mapa de pessoal de 2017, o qual não se manteve no mapa de pessoal de 2018, por decisão dos órgãos municipais competentes.

4- A Lei n° 112/2017, de 29.12, entrou em vigor no dia 01.01.2018.

Para efeitos da sua aplicação, o Município, através dos seus órgãos e serviços, começou por determinar quais são as pessoas que exercem ou exerceram funções que correspondem ao conteúdo funcional de carreiras gerais ou especiais e que satisfaçam necessidades permanentes correspondem a necessidades permanentes da entidade, neste caso do Município (n°1 do artigo 2° do referido diploma).

A Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) e outros serviços competentes da Administração Pública definiram, em guião, o que é uma necessidade permanente, por exclusão de partes (ver resposta à FAQ 14 disponível em www.portalautarquico.gov.pt)

Assim, **necessidade permanente** é aquela que, por lei, não é temporária, nomeadamente, que não é passível de servir de fundamento à celebração de contratos de trabalho a termo, desde logo os previstos no artigo 57° da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

A contratação da requerente, que foi objeto de parecer prévio favorável da Câmara Municipal, teve em vista satisfazer necessidades do Serviço Local e Finanças de Tarouca, não constituindo, portanto, uma necessidade do Município, em especial, permanente.

A própria figura da cedência de interesse público, a que o chefe do Serviço Local de Finanças de Tarouca se refere (ver doc.9, apresentado pela requerente), é por natureza temporária, visando satisfazer necessidades temporárias do serviço de destino (ver em especial artigo 243°, n°1 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas).

A verificação da existência da necessidade permanente, **deve ser aferida em relação ao período compreendido entre 1 de janeiro e 4 de maio de 2017** (alínea a) do n°1 do artigo 3° da Lei n°112/2017, de 29.12).

É nesse período que a pessoa eventualmente abrangida pelo PREVAP deve ter satisfeito necessidades permanentes do serviço.

O que, como atrás se disse, não aconteceu no caso da requerente. A requerente nesse período, foi paga pelo Município de Tarouca, mas esteve sempre a desempenhar funções no Serviço Local de Finanças/Autoridade Tributária, que solicitou a ajuda do Município para dar andamento a um volume anormal e temporário de serviço, inicialmente, decorrente das alterações ocorridas em sede de Imposto Municipal sobre Imóveis e, em 2017, decorrente do cumprimento de obrigações fiscais dos particulares, para cuja satisfação aquela entidade não possuía pessoal disponível suficiente.



MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

2018/05/17

Daqui decorre que a atividade contratada com a requerente visou fazer face a um aumento excecional e temporário do Serviço Local de Finanças.

5- O segundo requisito de aplicação da Lei n° 112/2017, de 29.12, é a existência de um vínculo jurídico inadequado à satisfação das necessidades permanentes que tenham sido reconhecidas.

A requerente, reproduz nos pontos 28° e 30° da sua resposta o conceito de vínculo jurídico adequado que a Direção Geral das Autarquias Locais publicou no mencionado guião sobre este processo de regularização extraordinária.

Ora, conforme já se disse, durante o período de vigência dos contratos de aquisição de serviços, em regime de avença, celebrados a partir de 01.08.2014, a requerente esteve a prestar serviço no Serviço Local de Finanças, sem dependência de poderes de direção e disciplina e sem horário de trabalho em relação ao Município, **de facto**.

6- O Presidente da Câmara nunca interferiu no modo de prestação do seu serviço. Contudo, caso a requerente não cumprisse as obrigações contratualmente definidas tinha o poder dirigir o modo de execução da prestação do serviço e de aplicar sanções em caso de incumprimento, nos termos previstos no caderno de encargos e no Código dos Contratos Públicos (ver artigo 302°).

De modo que, a possibilidade em abstrato de o Presidente da Câmara intervir no modo de execução do seu contrato, que a requerente alega no ponto 40° da sua resposta, decorre dos referidos poderes de entidade pública contratante.

7- Não havendo necessidade permanente, falta um dos requisitos de aplicação do mencionado diploma, e entidade pública já não tem que proceder à avaliação da adequabilidade do vínculo jurídico existente, uma vez que os mesmos são cumulativos.

Não obstante, não se aceitam os factos alegados no ponto 48° da resposta, na medida em que:

a) A requerente, no período compreendido entre 1 de janeiro e 4 de maio de 2017, e nos anos anteriores, a partir de agosto de 2014, não se encontrava a satisfazer necessidades permanentes do serviço municipal. Como se disse atrás, estava a satisfazer necessidades temporárias da exclusiva competência da Autoridade Tributária;

b) Durante esse período, a partir de 1 de janeiro de 2017 e até ao termo do respetivo contrato, a Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira (DAF) nunca lhe deu qualquer ordem ou instrução, porque bem sabia dessa impossibilidade;

c) Durante a vigência dos contratos de avença celebrados a partir de agosto de 2014, o seu local de prestação do serviço foi sempre no Serviço local de Finanças, admitindo-

se que possa ter prestado um apoio técnico excecional e esporádico, sem caráter contínuo, na DAF;

d) Os meios de produção por si utilizados não são os do Município, mas sim os meios da Autoridade Tributária;

e) De acordo com a cláusula 3ª das cláusulas técnicas do caderno de encargos em vigor em 01.01.2017, a requerente estava obrigada a prestar 35 horas semanais de serviço, no âmbito do exercício da atividade contratada;

f) O mesmo caderno de encargos prevê no nº2 da Cláusula 11ª das Cláusulas Gerais que não é considerado incumprimento a interrupção da prestação do serviço, até 10 dias úteis;

g) Desconhece-se as ações de formação em que a trabalhadora participou no período de referência.

Donde se conclui que o vínculo jurídico da requerente era o adequado, em relação ao Município de Tarouca.

Por fim, o Município, no âmbito deste processo de regularização extraordinária dos vínculos precários tem agido no estrito cumprimento da lei, nomeadamente, dos princípios da legalidade e da igualdade.

No âmbito do reconhecimento das pessoas que exercem ou exerceram funções correspondentes ao conteúdo funcionais das carreiras gerais, destinadas a satisfazer necessidades permanentes dos órgãos e serviços municipais, não foi reconhecida qualquer situação de pessoa a prestar serviço em órgão ou serviço não municipal.

Ponderadas nos termos atrás indicados as razões de facto e de direito invocadas pela requerente, **proponho** a V. Exas. que esta Câmara Municipal delibere manter a decisão aprovada em sua reunião de 22.03.2018 e, por consequência, indeferir o pedido de Sofia de Almeida, registado nesta Câmara Municipal em 30.01.2018, sob o nº904, por, em resumo, as funções exercidas pela requerente, no período compreendido entre 1 de janeiro e 4 de maio de 2017, não corresponderem a necessidades permanentes do Município de Tarouca e dos respetivos serviços, não estando por isso reunidos requisitos fixados no nº2 do artigo 2º da Lei nº 112/2017, de 29.12, para efeitos de oposição a procedimento concursal de regularização.

Paços do Município, 14 de maio de 2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias, acerca deste assunto, disse o seguinte:

"Li os fundamentos da proposta e, de facto, pelo que via no dia a dia, uma vez que estou a trabalhar no mesmo edifício onde funciona o Serviço Local de Finanças, continuo a entender que a Sofia Almeida foi contratada pelo Município. Não compreendo as razões que levam a que seja tomada uma decisão relativamente à situação da Sofia Almeida que não está a ser igual aquela que foi proferida em relação a outros trabalhadores com contrato emprego-inserção ou

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

CÂMARA MUNICIPAL

2018/05/17

emprego-inserção + que nunca estiveram a prestar serviço no Município, tendo, no entanto, já sido contactados para concorrerem no âmbito deste programa. Julgo que as condições de tratamento não são iguais e por isso vou votar contra a proposta."

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que estão a ser chamadas todas pessoas que estavam ao serviço do Município nos períodos estipulados por lei, em cumprimento da obrigação legalmente fixada.

A Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira disse que, o que a Câmara Municipal deliberou foi definir quais as funções permanentes no mapa de pessoal do Município. Salientou que a Câmara Municipal decidiu quais são as funções correspondentes a necessidades permanentes, o que pressupôs uma escolha entre funções, pois de entre mais de noventa pessoas foram reconhecidos cerca de cinquenta postos de trabalho nas condições fixadas pela lei, o que significa que os restantes não são totalmente excluídos de alguma necessidade em qualquer momento, mas não classificadas no momento em necessidades permanentes.

O Senhor Presidente da Câmara disse que, por exemplo, as "tarefeiras" da escola são trinta e três e só irão ficar vinte e três, porque são essas as que correspondem a necessidades permanentes.

Disse ainda que da resposta apresentada pela requerente consta um ofício datado de 28.02.2014, remetido pelo Chefe de Finanças de Tarouca ao Sr. Diretor de Finanças de Viseu, no qual lhe dá conhecimento de que, "em resposta a uma solicitação deste Serviço de Finanças, foi, pelo Sr. Presidente do Município de Tarouca, apresentada disponibilidade para a cedência de 1 funcionário/a, para a execução de tarefas deste e neste SF, não implicando a mesma quaisquer encargos adicionais" o que comprova que as funções ali exercidas não correspondem a necessidades desta Autarquia.

Concluiu dizendo que irá ser enviada cópia deste ofício aos Senhores Vereadores.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, acerca deste assunto, disse o seguinte:

"Sobre o reconhecimento da necessidade permanente das funções exercidas pela Sofia Almeida:

Chega, de uma vez por todas, as Câmaras Municipais continuarem a assumir as competências da Administração Central.

A Sofia Almeida foi durante uns anos necessidade permanente do Estado, cujo Serviço Local de Finanças nos pediu para, por um período de tempo determinado, colocarmos lá uma pessoa.

Neste sentido, e tendo em conta esse pedido, que foi endereçado ao Presidente da Câmara, foi a Câmara Municipal a resolver o problema da Administração Central.

Eu apoio a Sofia Almeida se ela avançar com este pedido junto do Poder Central.

Por isso, a Câmara Municipal não pode enquadrar um serviço para o qual não tem qualquer responsabilidade: o Serviço de Finanças.

Assim, votarei favoravelmente a proposta apresentada, porque uma necessidade pontual nunca será uma necessidade permanente."

Discutido o assunto, foi deliberado, por maioria de três votos a favor e dois votos contra dos Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias e José Bruno Gouveia Cardoso, ponderadas, nos termos atrás constantes da presente proposta, as razões de facto e de direito invocadas pela requerente em sede de audiência prévia:

a) aprovar a presente proposta;

b) com fundamento na mesma, manter a decisão aprovada em reunião desta Câmara Municipal de 22.03.2018 e, por consequência, indeferir o pedido de Sofia de Almeida, registado nesta Câmara Municipal em 30.01.2018, sob o nº904, por, em resumo, as funções exercidas pela requerente, no período compreendido entre 1 de janeiro e 4 de maio de 2017, não corresponderem a necessidades permanentes do Município de Tarouca e dos respetivos serviços, não estando por isso reunidos requisitos fixados no nº2 do artigo 2º da Lei nº 112/2017, de 29.12, para efeitos de oposição a procedimento concursal de regularização.

Foi ainda deliberado notificar a requerente do teor desta deliberação, à qual se pode opor mediante reclamação nos termos do Código do Procedimento Administrativo, ou, pelos meios contenciosos de impugnação.

O **Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** declarou votar contra, com fundamento nas razões invocadas na sua intervenção sobre este assunto e acima transcrita.

PONTO 6 - ISENÇÃO DE PAGAMENTO DAS SEGUINTE LICENÇAS

Foi deliberado por unanimidade ratificar a isenção de pagamento das seguintes licenças, ao abrigo da alínea a) do nº2 do artigo 5º do Regulamento das Taxas Municipais:

a) Flor do Sabugueiro - Associação Recreativa e Cultural de Dálvares - Festival da Flor do Sabugueiro - 2018, no valor de € 32,55;

b) Associação de Moradores de Arguedeira - IV Corrida de Carrinhos de Rolamentos, no valor de € 21,70.

PONTO 7 - ALIENAÇÃO DE MÁQUINAS E DE VEÍCULOS INOPERACIONAIS E ABATE DE OUTRO EQUIPAMENTO - PROPOSTA

Presente a proposta do **Senhor Presidente da Câmara** que a seguir se transcreve:

"ALIENAÇÃO DE MÁQUINAS E DE VEÍCULOS INOPERACIONAIS

ABATE DE OUTRO EQUIPAMENTO

PROPOSTA



025
Fl. *[Signature]*

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

2018/05/17

De acordo com a informação dos serviços municipais, que se anexa, os bens ali identificados encontram-se em estado inoperacional, não se justificando a sua conservação, por razões económicas e logísticas.

Assim, proponho a V.Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, alinear, a título oneroso, os seguintes bens, nas condições que se indicam:

1.º uma motobomba (inventário n.º 941) e 1 máquina de lavar alta pressão (inventário n.º 15047), a Ernesto Gones Martins, residente em Tarouca, pelo valor de € 15 e de €25, respetivamente;

2.º as viaturas marca DUMPER (inventário n.º 490) e Toyota (inventário n.º 463), mediante prévia publicitação da venda e aceitação de propostas em carta fechada, pelo preço base de, respetivamente, €600 e €1000.

Mais proponho a autorização do abate, com destruição dos bens inventariados sob os n.ºs 480, 1215, 7268, 7279, 8794 a 8798, 10 206 e 11 115 e identificados na lista em anexo.

Paços do Município, 11 de maio de 2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, alinear, a título oneroso, os seguintes bens, nas condições que se indicam:

1.º uma motobomba (inventário n.º 941) e 1 máquina de lavar alta pressão (inventário n.º 15047), a Ernesto Gones Martins, residente em Tarouca, pelo valor de € 15 e de €25, respetivamente;

2.º as viaturas marca DUMPER (inventário n.º 490) e Toyota (inventário n.º 463), mediante prévia publicitação da venda e aceitação de propostas em carta fechada, pelo preço base de, respetivamente, €600 e €1000.

Foi ainda deliberado por unanimidade autorizar o abate, com destruição dos bens inventariados sob os n.ºs 480, 1215, 7268, 7279, 8794 a 8798, 10 206 e 11 115 e identificados na lista em anexo.

PONTO 8 - PROCESSO N.º 98/2017 EM NOME DE ANÍBAL PEDRO PINTO DE OLIVEIRA - ALDEAMENTO TURÍSTICO - DESPACHO

Presente o processo n.º 98/97, em que é requerente Aníbal Pedro Pinto de Oliveira, referente à operação urbanística de construção de um aldeamento turístico, no lugar da Gareia, na freguesia de Mondim da Beira, deste concelho.

Acompanha este processo, para além de todos os pareceres e informações emitidas, o despacho da **Senhora Vereadora Susana**

Cristina Dias Pereira, que a seguir se transcreve na íntegra:

"Processo n.º 98/2017

Local: Gareia - Mondim da Beira

Titular: Aníbal Pedro Pinto de Oliveira

ASSUNTO: Deliberação Final - Aldeamento Turístico

DESPACHO

Por meu despacho de 10/07/2017 foi aprovado o projeto de arquitetura, nos termos do artigo 20º do RJUE, no uso da competência subdelegada pelo Presidente da Câmara em 25/10/2013, relativo à obra destinada à instalação de um Aldeamento turístico 3*, nas condições do parecer emitido pelo Turismo de Portugal, da qual resulta a construção de 5 edifícios com a capacidade de 10 unidades de alojamento, das respetivas infraestruturas e arranjo da área privada envolvente, complementando-se com serviços existentes no prédio contíguo do mesmo titular, nomeadamente de restauração no edifício com alvará de utilização e de área de piscina retratada nos elementos do projeto enviado ao Turismo de Portugal, prevendo a construção/alteração da piscina existente, e ainda as obras de alteração interior/fachada do respetivo anexo de apoio.

No âmbito da apresentação dos projetos das especialidades, refere a informação do chefe de divisão da DGUA, que "...apresentam projeto de especialidades tão só, não dando resposta ao solicitado no ponto 3 e 4 da informação técnica de 24.05.2017..." acrescentando de que "...por outro lado exige-se ainda melhoria do cruzamento da rua da raposeira com a EM 520. Em todo o referido / enquadramento legal e nos termos do ponto 3, deverão apresentar-se todos os projetos e orçamentos."

Ora, o projeto de arquitetura foi aprovado, sem qualquer condicionante à localização/arquitetura, incluindo a pretensão a legalização/alteração da área da piscina e a alteração do respetivo anexo de apoio (ponto 4), com parecer favorável do Turismo de Portugal, sem enquadramento numa operação de impacte semelhante a um loteamento (referenciado no ponto 3), assim como não foi ainda considerada a necessidade de consulta/parecer do ICNF, dado que à data o PMDFCI não tinha efeitos sobre o particular, fundamentado em outros processos que decorreram na DGUA.

Do ponto 3 da informação - sobre o enquadramento da operação de impacte semelhante a um loteamento, consta o seguinte "3 - Nos termos do n.º 5 do artigo 57 do RJUE e art.º 32 do RMUE ao cumprimento do previsto em matéria de uma operação urbanística de impacte semelhante a um loteamento, ao previsto na Portaria 216-B/2008 de 20/08 em matéria de cedências e estacionamento, a assegurar o melhoramento do cruzamento da rua da raposeira com a EM 520 e que confina com os seus prédios, porque a proposta considero-a como uma sobrecarga sobre o mesmo, que não tem as condições de

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

CÂMARA MUNICIPAL

2018/05/17

segurança viárias tecnicamente admissíveis, solução esta que poderá ser articulada/negociada com o município."

Na referida informação não fica especificado em que alínea do artigo 32º do RMUE se enquadra a operação, e pelo conteúdo descrito como de "melhoria do cruzamento da rua ...com a EM" e de que "...considero-a como uma sobrecarga sobre o mesmo", a informação teria eventualmente e por efeito enquadrar a operação como geradora de impacto relevante pela alínea c) do n.º1 do artigo 33º do RMUE e não no artigo 32º de impacto semelhante a um loteamento.

Neste enquadramento da alínea c), que refere "Toda e qualquer edificação que envolva uma sobrecarga considerável..., que determinem as situações previstas na alínea b) do n.º2 do artigo 24º do RJUE", teria que a decisão determinar a existência de SOBRECARGA CONSIDERÁVEL, e não só de SOBRECARGA, e ainda de constituir comprovadamente uma SOBRECARGA INCOMPORTÁVEL, o que não foi considerado no referido despacho, assim como não foi considerado a observação na informação relativa ao "melhoramento do cruzamento ... que confina com os seus prédios", dado que até não se verifica essa titularidade e que na verdade já houve intervenção do município no referido cruzamento, por ser uma realidade conhecida ao tráfego existente, e não por qualquer agravamento sequencial/pontual, a imputar ao particular com projetos e orçamentos, e ainda de aquisição de parcelas para o efeito, quando não se comprova uma sobrecarga incomportável direta da pretensão.

Tendo em conta que a fundamentação técnica se prende a falta de condições de segurança viárias, independentemente do lapso ou não no enquadramento ao RMUE, terá de haver ponderação sobre o enquadramento a operações urbanísticas com "impacte relevante" ou com "impacte semelhante a uma operação de loteamento" e acima de tudo haver coerência como outros processos apreciados, sendo exemplo a apreciação ao processo n.º 6/12 - Hotel com 36 unidades de alojamento, em que a informação do chefe de divisão da DGUA refere que "...em minha opinião o processo/proposta não estão sujeitos ao previsto nos artigos 32(3) ..." - cópia em anexo.

Nos termos do RJUE, para haver uma operação que demonstre uma sobrecarga incomportável para as infraestruturas (caminho ou outras), e com demonstração de que não tem condições de segurança para um empreendimento de 10 unidades de alojamento, neste caso, não pode ser fundamentado pelo tráfego atual, nomeadamente pelo tráfego diário dos aglomerados envolventes ou pelo estabelecimento de restauração, e não conjugando com os procedimentos devidos ao referido enquadramento pelo RJUE, já referenciados à DGUA

em outros processos, nomeadamente processo 109/2016 - cópia em anexo, tais como:

1º - Propor o indeferimento da pretensão, independentemente de o processo apresentar os elementos processuais exigíveis por constituir, comprovadamente, uma sobrecarga inoportável para as infraestruturas ou serviços gerais existentes, ...

2º - Notificar o requerente para se pronunciar, sobre a proposta de decisão de indeferimento, ...

3º - Deferimento da pretensão, pela reapreciação solicitada pelo requerente, com observância do disposto no n.º 3, 4 e 5 do mesmo artigo 25º do RJUE (contrato / caução / redução ou isenção de taxas / obras a executar ou indispensáveis), no entanto com total prudência na decisão sobre as respetivas exigências/aplicabilidades, acautelada pelo disposto no n.º 6, que refere:

" Os encargos a suportar pelo requerente ao abrigo do contrato referido no n.º 3 devem ser proporcionais à sobrecarga para as infraestruturas existentes resultante da operação urbanística."

4º - Deferimento do pedido, reconhecendo-se que a operação constitui uma sobrecarga inoportável para as infraestruturas, como Operações urbanísticas com impacto relevante.

5º - Não havendo lugar a qualquer cedência, fica o proprietário obrigado ao pagamento das compensações previstas para as operações de loteamento, em numerário ou em espécie, nos termos definidos em regulamento municipal. Neste contexto, proponho que esta câmara delibere o licenciamento da operação urbanística proposta, nos termos do artigo 23º do RJUE - Deliberação final, tendo por referência processos análogos e em clara distinção entre SOBRECARGA e SOBRECARGA CONSIDERÁVEL, que se associa apenas quando constitui comprovadamente uma SOBRECARGA INCOMPORTÁVEL, sem prejuízo das questões formais relativas ao procedimento administrativo, nomeadamente da descrição atualizada dos prédios abrangidos pela operação.

A VEREADORA RESPONSÁVEL PELO PELOURO,

(no uso de competência delegada pelo Presidente da Câmara em 23/10/2017)

a) Susana Cristina Dias Pereira"

A **Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira** disse o seguinte:

"A principal questão que se coloca em relação a este pedido é a de saber se se verifica "uma sobrecarga inoportável" das infraestruturas de acesso ao cruzamento com a EM 520, na medida em que se trata do licenciamento de um estabelecimento de dez unidades de alojamento ao lado do estabelecimento de restauração existente e a legislação diz que a Câmara Municipal pode indeferir o projeto de arquitetura quando se verifiquem essas circunstâncias.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

CÂMARA MUNICIPAL

2018/05/17

Definir o que é uma sobrecarga inoportável tem que ter em conta o elemento literal da palavra: é algo que não se consegue comportar/insuportável.

Deixo à consideração do Executivo decidir se a construção deste aldeamento é, ou não, uma sobrecarga insuportável para aquela rua.

Juntei uma informação do Chefe de Divisão da DGUA em relação ao Hotel Douro Cister. Onde tecnicamente se considerou que o Hotel com mais de quarenta quartos não tem impacto relevante, e assim, muito menos este terá.

Anexo também um despacho que fiz sobre situação idêntica em relação à construção de um armazém agrícola.

Mesmo que considerássemos nós, Executivo, uma operação de impacto relevante, não era exigido que se solicitasse ao requerente o orçamento das infraestruturas, nem caução, mas sim propor o indeferimento da pretensão e o requerente é que teria de dizer como se propunha resolver o assunto, face à nossa decisão de indeferimento.

O procedimento tem que estar de acordo com a Lei.

A decisão que aqui tomarmos, servirá depois uma orientação para os serviços, em casos futuros semelhantes."

O **Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** disse o seguinte:

"Em primeiro lugar, devemos ter em conta os benefícios e prejuízos que possam resultar da nossa decisão.

Concordo com o parecer da Senhora Vereadora, porque não será assim uma sobrecarga tão grande para aquele arruamento, até porque, provavelmente haverá mais carros a circular ali em dia de casamento do que após a criação do aldeamento."

O **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** disse o seguinte:

"Congratulo a Senhora Vereadora por assumir este assunto, porque é assim que se está ao lado dos empreendedores e se cria alojamento turístico no concelho.

Concordo que esta operação urbanística não cria qualquer impacto.

Voto a favor da proposta da Senhora Vereadora, na esperança de que venham mais impactos como este, para dizer sim aos mesmos e aos empreendedores."

O **Senhor Presidente da Câmara** disse o seguinte:

"Este Executivo desde o início se propôs a ajudar os empreendedores, porque eles contribuem para a economia local.

Longe de nós ser um entrave ao desenvolvimento económico do Concelho, dentro da Lei."

Discutido o assunto, foi deliberado, com fundamento na proposta da Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, por maioria de quatro votos a favor e uma abstenção do Senhor Vereador José Bruno Gouveia Cardoso:

a) Concordar com a fundamentação técnica constante do presente despacho da Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira;

b) Aprovar o licenciamento da operação urbanística de construção de um Aldeamento Turístico, a que se refere o processo n° 98/17, em nome de Aníbal Pedro Pinto de Oliveira, nos termos do artigo 23° do RJUE - Deliberação final, tendo por referência processos análogos e em clara distinção entre SOBRECARGA e SOBRECARGA CONSIDERÁVEL, que se associa apenas quando constitui comprovadamente uma SOBRECARGA INCOMPORTÁVEL, sem prejuízo das questões formais relativas ao procedimento administrativo, nomeadamente da descrição atualizada dos prédios abrangidos pela operação. Nesta altura, o Senhor Presidente da Câmara, por impedimento legal, retirou-se da reunião, para a discussão deste assunto, passando a presidir o Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo.

PONTO 9 - PROCESSO N° 77/2018 EM NOME DE VALDEMAR DE CARVALHO PEREIRA - OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO - DESPACHO

Presente o processo n° 77/2018, em que é requerente Valdemar de Carvalho Pereira, referente ao licenciamento de uma operação de loteamento urbano, com obras de urbanização, na Quinta da Boavista, Dálvares, União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, deste concelho.

Verificou-se que presente processo vem acompanhado do despacho da Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira que a seguir se transcreve na íntegra:

"Processo n.° 77/18

Local: Quinta da Boavista - Dalvares

Titular: Valdemar de Carvalho Pereira

ASSUNTO: Operação de Loteamento

DESPACHO

No âmbito da apresentação de pedido de licenciamento de operação de loteamento para a constituição de 17 lotes destinados a habitação unifamiliar, a informação do chefe de divisão da DGUA referencia algumas questões e observações que merecem as seguintes ponderações:

Ponto 1 - Relativo à introdução da informação, com a referencia de que "As operações de loteamento devem conformar-se com os instrumentos de gestão territorial aplicáveis e estão condicionadas pela situação e classificação dos solos, devendo integrar-se em perímetro urbano e em solo urbanizado ou cuja urbanização esteja programada em plano municipal Nos termos do artigo 41° do RJUE...".

Será de observar que esta norma já não é tão restrita quanto o expresso, dado que atualmente é possível aceitar a urbanização de solo rústico, decorrente da Lei de Bases da Política Pública do Solo, do Ordenamento do Território e do Urbanismo (Lei n.° 31/2014, de 30 de maio) e a consequente revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial operada pelo Decreto-Lei n.° 80/2015, de 14 de

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2018/05/17

maio (novo RJGT), que introduzem um novo conceito de solo urbano, no entanto não é esta matéria que está em causa na operação em apreciação/decisão, tal como ressalvado no ponto 2 da referida informação.

No ponto 2.1, que se refere ao reajuste entre categorias diferentes, relativamente a pequenas áreas "sobrantes" do prédio ao solo qualificado como urbano, está claramente salvaguardada a classificação da operação em solo urbano pelo disposto no n.º 4 do artigo 26º do regulamento do PDM de Tarouca, que refere

"4 - A delimitação entre categorias diferentes pode ser reajustada, em função da configuração da parcela e para uma adequada solução de integração/funcionalidade urbana e para efeitos de aplicação dos parâmetros urbanísticos, estes podem ser definidos em função de categoria de espaço que integre mais de 80 % da área da parcela."

Esta norma não precisa de interpretações duvidosas como demonstrado na informação do chefe da DGUA, tendo em conta que a sua aplicabilidade não se restringe entre "duas categorias de espaço do solo urbano", mas sim entre todas as categorias do plano, não tendo a justificação de ser por se integrar em "Disposições Comuns ao solo rústico e ao solo urbano".

Senão vejamos o articulado do referido numero que foi submetida a discussão pública:

"4. Para efeito de aplicação dos parâmetros urbanísticos, definidos para cada categoria de espaço, a delimitação entre duas categorias de espaço rústico ou urbano pode ser ajustada por forma a integrar a totalidade da parcela na mesma categoria de espaço do solo urbano, quando tal resulte da necessidade de conformar a sua delimitação ao cadastro da propriedade, nos casos em que uma categoria de espaço integre mais de 80% da áreas da parcela e desde que não promova interferência com servidões ou restrições de utilidade publica."

Nesta se referenciava "duas categorias de espaço rústico ou urbano", e foi retirada na versão final, abrangendo estas as duas qualificações de solo existente no plano, permitindo reconfigurar parcelas pelos seus perímetros ou características, em qualquer classe de solo, sendo revista ainda a referencia "na mesma categoria de espaço do solo urbano", permitindo assim a norma que se verifiquem acertos em qualquer categoria de solo, deixando clara a errada interpretação técnica efetuada sobre a referida norma.

Na citada norma, no que se refere a "interferências com servidões ou restrições de utilidade pública" verifica-se que na versão final do PDM foi também eliminada, por se reparar que estas serão sempre, e em quaisquer circunstâncias, condicionantes gerais e legalmente a

observar, tal como foi reparado em uma das exposições apresentadas na discussão pública do plano.

Mais, esta norma foi discutida e trabalha em sede de elaboração do PDM, atendendo à classificação do solo sobre cartografia à escala 1/25 000, sem base cadastral, para permitir a reconfiguração da parcela a edificar, não limitando a implantação de qualquer operação a configurações fixas por uma mancha irregular e sem configuração edificável, no solo mais adequado para o efeito e concebida a pensar em parcelas menores.

Nesta perspetiva, apenas deverá ser confirmada a edificabilidade proposta no lote 8, relativa a implantação do edifício neste lote, tendo em conta a planta de perigosidade de incêndio, e corrigida se necessário, nos termos da informação e após ser retificado em desenho a discrepância verificada entre o limite da planta do loteamento proposto e o limite do levantamento topográfico, demonstrada na "folha 03".

Deverá ainda ser corrigida a discrepância referida no ponto 2.2 da informação, sobre o limite da pretensão e a urbanização confinante - titulada pelo alvará n.º 7/2005, nos termos da informação, em que do respetivo processo se verifica que o limite do prédio se confina ao limite dos lotes propostos, não se tornando cedência ou encargo do requerente os espaços verdes na área em causa, uma vez que já integram o domínio público da responsabilidade do município, nas condições do licenciamento da urbanização de 2005.

Sobre o 2.3. que refere "...a nascente deverá ser salvaguardada a referida expansão. Assim, o arruamento entre os lotes 12 e 13 deverá ser revisto/dimensionado em "could sack", sem estacionamento de topo, e os referidos lotes serem ladeados em toda a extensão, por passeios e permitirem a continuidade pedonal.", verifica-se que a urbanização executada em 2005 já prevê alternativas de expansão da encosta a nascente e a poente, e o projeto apresentado salvaguarda a ligação a norte - via estruturante indicada no PDM (dalvares /castanheiro).

Considera-se assim que as áreas contíguas sem edificação/urbanização, das quais não existe indicação ou informação e /ou estudos, sobre pretensões, ficam contempladas por duas vias longitudinais (a programada no PDM e o arruamento executado na urbanização contígua - ano de 2005) e com uma ligação entre as mesmas pela via transversal projetada no presente loteamento.

Ou seja, não havendo cadastro ou levantamento topográfico dos prédios da envolvente nem conhecimento de pretensões efetivas qualquer solução ou mais estão sempre a condicionar terceiros e que não estão programadas.

Sobre o 2.4, identificam-se três questões a contemplar e a analisar / enquadrar:

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2018/05/17

A - "...deverão ser previstas nos passeios, caldeiras com árvores autóctones (respeitando a Lei das Acessibilidades), com vista a melhor fruição, enquadramento, imagem...", numa primeira leitura poderia colocar-se esta hipótese, no entanto, tendo em conta que os edifícios não confrontam com a via pública, e sendo todo o arruamento ladeado por logradouro das habitações (zonas de jardim) e que os lotes propostos se desenvolvem na maioria em redor de uma parcela central com mais de 1000,0m² de cedência, e localizando-se na encosta com uma grande área florestal, não se pretende com toda a certeza criar encargos desnecessários ao município, quando a qualidade ambiental/estética/etc, está sem dúvida salvaguarda pela localização da nova urbanização proposta e pela baixa densidade de ocupação proposta no próprio loteamento.

B - "...O dimensionamento, dos espaços verdes e de equipamento de utilização coletiva deverão respeitar, o Artº 43ª do RMUE "Condicionamentos das áreas de cedência", esta apreciação não particulariza/enquadra o que está em causa, assim como da leitura ao referido artigo (transcrito na informação) não se apura quaisquer questões sobre a proposta, até porque se verifica, por exemplo, uma área significativa de cedência, classificada como solo urbano, e na qual se inclui uma parcela de área continua superior a 1000,00m², e pelo caso da não cedência total da área devida, a calcular/confirmar pelos serviços aquando do licenciamento da operação, poderá, se aplicável, a compensação prevista pelo RMUE/RJUE.

No que se refere ao dimensionamento/cálculo de estacionamento, com referência à secção IV-Estacionamento do PDM, considera-se que deverá ser justificado a área e dimensionamento de cada lugar de estacionamento previsto, nos termos da informação, verificando-se, contudo, um número de lugares superior ao exigível para os 17 lotes (34 privativos e 7 públicos), em que só no arruamento são previstos 44 lugares, além dos que podem resultar no lote, carecendo, no entanto, de justificação as designações em legenda do projeto de "estacionamento dos lotes" e de "estacionamento público", no âmbito da correta regulamentação e especificação das cedências do loteamento proposto.

Relativamente a capacidade de construção, será de referir que o prédio a lotear apresenta mais de 90% da sua área em solo urbano - espaços urbanos de baixa densidade de Nível 1, para o qual cumpre os respetivos parâmetros urbanísticos, nomeadamente:

- Número máximo de pisos admitido acima da cota de soleira é de 2, podendo nos espaços urbanos de baixa densidade - nível 1 ser admitido os 3 pisos
- índice de Ocupação do Solo, máximo, de 70%;

- Aproveitamento de sótão ou do desvão das coberturas e ainda de 1 piso abaixo da cota de soleira, podendo em situações excepcionais, admitir-se 2 pisos.

A operação proposta, não esgota estes parâmetros, nomeadamente do índice de ocupação do solo, em que a operação indica de 0,47, muito inferior ao 0,7 admitido pelo PDM.

Relativamente a especificação em legenda das plantas de possíveis "áreas de cave e sótão", será relevante de especificar a condição da contabilização da respetiva área na área de construção definida para cada lote.

C - "...o acabamento /perfil, dos arruamentos/passeios/estacionamentos deverá compatibilizar-se com a urbanização confinante a sul, sob alvará da CMTarouca n.º 7/2005 e Portaria n.º 216-B/2008 de 3 de março, nomeadamente.", não sei a que se refere esta especificação em concreto, dado que o arruamento do loteamento confinante encontra-se em projeto com uma via de 7 metros e passeio de 1,6 metros, e o loteamento proposto contempla nas vias de dois sentidos a dimensão de 7 a 8 metros e passeios superiores a 1,6 metros, sendo ainda a via de um sentido superior a 4 metros, não sendo tecnicamente e concretamente efetuada qualquer proposta, nomeadamente ao acabamento/perfil do arruamento projetado, apresentando-se como um dos de maior perfil efetuado no concelho.

Neste contexto, proponho que esta câmara delibere sobre a viabilidade da operação de loteamento proposta ao prédio, com aplicação do disposto no n.º 4 do artigo 26º do RPDM, condicionado às correções devidas sobre o limite do prédio a intervir e dos polígonos abrangidos por condicionantes - planta de perigosidade de incêndio, incluindo ainda a apresentação de memória descritiva e justificativa relativa ao enquadramento da opção urbanística projetada, sua relação com a envolvente, sem prejuízo das restantes designações/especificações do loteamento indicadas no presente despacho, que se considerem necessárias especificar/clarificar nas peças do projeto.

A operação será sujeita a parecer prévio vinculativo das Infraestruturas de Portugal, nos termos do ponto 2.5, com as correções que houver por conveniente apresentar/efetuar.

A VEREADORA RESPONSÁVEL PELO PELOURO

(no uso de competência delegada pelo Presidente da Câmara em 23/10/2017)

a) Susana Cristina Dias Pereira"

A **Senhora Vereador Susana Cristina Dias Pereira**, começou por informar que, embora pudesse decidir este pedido, no âmbito das competências que lhe foram subdelegadas, entendeu submete-lo à apreciação do Executivo, não por se tratar de um pedido apresentado pelo Senhor Valdemar de Carvalho Pereira, mas por causa de uma interpretação do PDM, que os serviços técnicos da DGUA estão a fazer, com a qual não concorda, principalmente porque, se trabalhou durante um ano



MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

2018/05/17

um novo regulamento do PDM, em pormenor, não se compreendendo que sejam agora suscitadas dúvidas que estão, ou se deveriam estar, esclarecidas naquele documento.

Disse que o artigo 26º do Regulamento do PDM permite, de forma clara e inequívoca, efetuar ajustamentos entre categorias diferentes de solo (urbano e agrícola), relativamente a pequenas áreas "sobrantes", tendo exemplificado com um caso prático e não apenas quando se trata de duas categorias de espaço do "Solo Urbano".

Salientou que, durante a elaboração do novo regulamento, foi recomendado ao gabinete que elaborou o PDM, a permissão deste tipo de ajustamentos, tal como existe em planos de outros concelhos, de modo que o e-mail remetido pelo Senhor Dr. Alberto Pedrosa, da equipa do PDM e junto pelo Senhor Chefe de Divisão da DGUA, é certamente um lapso, dada a diversidade de planos elaborados pelo referido gabinete, e que não se refere com certeza ao de Tarouca.

Continuou dizendo que, foi neste contexto, que decidiu submeter este processo à apreciação do Executivo, salientando que, no caso concreto, mais de 96% da área a intervir encontra-se em solo urbano. Por outro lado, o Executivo deve também decidir as características a exigir nas cedências propostas ao domínio público, cuja manutenção é cara, quando não está em causa a qualidade ambiente, dada a proposta apresentar uma cedência central de mais de 1000m2 e se localizar numa encosta verdejante.

Concluiu propondo a aprovação da presente operação de loteamento, que considera bem concebido, em que a proposta apresenta um índice de ocupação do solo muito inferior ao permitido pelo PDM, e da referida interpretação do nº 4 do artigo 26º do atual Regulamento do PDM.

O **Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias**, acerca deste assunto, disse o seguinte:

"Pelo que percebi, este loteamento não estava autorizado.

De acordo com o novo PDM, o que a Senhor Vereadora disse é que há pequenas áreas que vão para além da área urbana e que há que interpretar o artigo 26º do Regulamento.

De acordo com os pareceres técnicos e face ao teor da explicação dada, parece que nada há a opor.

Contudo, este processo é sensível, devido ao titular do mesmo. Ora, perante o público, surgem inevitavelmente dúvidas, e as habituais opiniões que de que toda a gente quer estar na política para benefício próprio.

Por isso, penso que deveria haver muito cuidado nesta apreciação.

Como leigo, tudo isto sugere que o PDM foi alterado à medida do Senhor Presidente da Câmara. Temos que ter muito cuidado com a interpretação destas normas, porque eu não gosto de ouvir dizer "são todos iguais", até porque, durante a

consulta pública do PDM, houve várias interpretações, de que em alguns sítios estava a ser alterado para ser aproveitado futuramente e este parece ser um caso desses.

A Senhora Vereadora analisa este processo do ponto de vista técnico e nós olhamos para ele a pensar em tudo o que pode vir a seguir.

Quanto às questões técnicas estou esclarecido; quanto à interpretação do nº4 do artigo 26º do Regulamento do PDM, concordo com o que disse, mas quanto ao demais fico sem saber o que dizer, no sentido de: "o que é que isto vai parecer?".

O **Senhor Vereador José Bruno Gouveia Cardoso**, acerca deste assunto, disse o seguinte:

"Concordo com o meu colega Afonso.

Do ponto de vista técnico, existe um quadro orgânico na Câmara Municipal e a possibilidade de pedir pareceres à CCCDRNorte.

Fiz uma intervenção na Assembleia Municipal sobre a alteração do PDM a um mês das eleições e, de facto, não me revejo neste pedido do Senhor Presidente da Câmara, porque, após ter sido alterado o PDM, parece que o foi à medida deste loteamento.

Irei fazer uma profunda reflexão pessoal, ponderar, de uma forma honesta, sensata, com a tranquilidade que este assunto merece, qual o próximo passo a dar e as ilações a tirar, porque, como disse, não me revejo nele."

A **Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira** disse o seguinte:

"Falando agora como política, lá fora podem dizer o que quiserem, mas muitas vezes nós acabamos por ser mais prejudicados do que aquilo que parece, e aqui temos um caso em que assim seria.

A questão suscitada não tem a ver com o requerente no processo em apreciação. Contudo, em resposta ao ponto de vista político, referido pelos Srs. vereadores sobre a revisão do PDM, tenho aqui o parecer da CCDRN de 2008, em que leio "...o artigo 6º do Regulamento do PDM refere as categorias de espaço existente no concelho de Tarouca estão delimitadas na planta de síntese à escala 1/25000. De acordo com esta planta, a pretensão insere-se em "aglomerados", em espaço urbano..." em que leio ainda o ultimo paragrafo do referido parecer que diz "Existindo uma discrepância entre a planta de síntese e as três plantas referidas que não se reduz a um mero erro de mera transposição de escala, deve a camara Municipal de Tarouca promover, o quanto antes, a alteração ou a revisão (o que Câmara Municipal já iniciou) do seu PDM.", meus senhores este PDM não fez mais do que manter em solo urbano o que já estava na planta de síntese do PDM de 1995, e a sua extensão a outras áreas.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

CÂMARA MUNICIPAL

2018/05/17

Em todos os PDM's de Portugal, principalmente dos anos 90, chamados de 1º geração, podem ser identificadas discrepâncias entre plantas e no de Tarouca não é diferente, e as suas correções ou revisões dependem da boa vontade política, que é aquela que eu espero deste executivo, no caso de nos depararmos com alguma divergência no futuro, e que essa decisão não seja falta de vontade política, a exemplo da área empresarial e outros investimentos necessários para o desenvolvimento económico do concelho que não aconteceram.

O loteamento aqui em decisão apresenta-se para a ocupação de habitação unifamiliar, isolada, em adequada transição do urbano e rural. O projeto apresentado contempla, por vontade própria, uma boa área de cedência ao domínio publico, com vias/estacionamentos dimensionados acima do exigível, em total contrastes com o que aconteceu no centro, em que existem locais que não chego a perceber se há passeios para circular.

O **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** disse, a propósito da intervenção do Senhor Vereador José Bruno Gouveia Cardoso, que, quando se fala em deliberar de forma honesta, sempre esteve convicto de que nenhum dos Senhores Vereadores, quer seja do Partido Socialista, quer seja do Partido Social Democrata, age de outra forma.

O **Senhor Vereador José Bruno Gouveia Cardoso** esclareceu que quando falou de honestidade, não foi com essa intenção, referia-se à sua honestidade pessoal.

O **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo**, acerca deste assunto, disse o seguinte:

"Aceitemos todos, de uma vez por todas, que mais de vinte anos depois, era uma obrigação do Executivo, aprovar a revisão do PDM de Tarouca, até porque a isso obrigava a evolução das dinâmicas locais.

É inacreditável que se tente fazer um caso político de um processo que já tinha pareceres da CCDR Norte a clarificar o local como em solo urbano numa das plantas do PDM, e que a camara deveria "promover, o quanto antes, a alteração ou revisão".

Trata-se de um empreendedor do nosso concelho, que está ligado ao empreendimento no concelho há mais de 30 anos, com atividade presente no nosso território.

Por isso, mais uma vez, é ao lado dos empreendedores que devemos estar, naturalmente dentro da lei, o que,

no caso concreto, não é posto em causa pelos pareceres técnicos obtidos.

O sentido de voto favorável que tenho hoje seria o mesmo se isto tem acontecido há dez ou onze anos atrás, se estivesse do "outro lado", porque entendo que o Executivo deve ser um elemento facilitador, no estrito cumprimento da lei."

A **Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira** disse ainda que a encosta fica com três acessos a desenvolver, em três sentidos diferentes, em que o loteamento contempla a continuidade do arruamento existente, funcionando como elemento impulsionador da encosta onde será implantado.

O **Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** reiterou que não coloca nunca em causa a pessoa do Senhor Presidente da Câmara, enquanto dono do loteamento e considera que não tem a culpa de exercer neste momento um cargo político, devendo ser possível continuar a sua vida pessoal.

Disse ainda que não questiona a necessidade de alteração do PDM e muito menos o apoio que possa ser dado a qualquer iniciativa que contribua para o desenvolvimento do concelho. Por isso votou a favor do pedido discutido no ponto anterior.

Acrescentou que nada tem a opor ao deferimento do pedido, do ponto de vista técnico, face às explicações dadas pela Senhora Vereadora.

Não obstante, conforme referiu atrás, existe a dúvida e a imagem que o Executivo deixa, pois para quem pegar neste projeto dirá que o mesmo esteve parado e que agora o novo PDM alargou a possibilidade de construção, imagem que os membros do Executivo, enquanto titulares de cargos políticos, não devem passar.

Concluiu dizendo que, com estas ressalvas, irá votar favoravelmente a proposta de viabilidade desta operação de loteamento.

Discutido o assunto, foi deliberado por três votos a favor e uma abstenção do Senhor Vereador José Bruno Gouveia Cardoso:

a) Concordar com a fundamentação técnica constante do presente despacho da Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira;

b) Com fundamento na mesma, aprovar a viabilidade da operação de loteamento proposta ao prédio, a que se refere o presente processo de loteamento de operação urbano, com obras de urbanização, n.º 77/2108, em quem é requerente Valdemar de Carvalho Pereira, com aplicação do disposto no n.º 4 do artigo 26.º do Regulamento do

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

CÂMARA MUNICIPAL

2018/05/17

Plano Diretor Municipal, condicionado às correções devidas sobre o limite do prédio a intervencionar e dos polígonos abrangidos por condicionantes - planta de perigosidade de incêndio, incluindo ainda a apresentação de memória descritiva e justificativa relativa ao enquadramento da opção urbanística projetada, sua relação com a envolvente, sem prejuízo das restantes designações/especificações do loteamento indicadas no supra transcrito despacho, que se considerem necessárias especificar/clarificar nas peças do projeto.

A operação será sujeita a parecer prévio vinculativo das Infraestruturas de Portugal, nos termos do ponto 2.5 do referido despacho, com as correções que houver por conveniente apresentar/efetuar.

Nesta altura, o Senhor Presidente da Câmara regressou à reunião.

PONTO 10 - APOIOS CONCEDIDOS PARA ATIVIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, EDUCATIVA, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO - INFORMAÇÃO

Presente a seguinte informação do Senhor Presidente da Câmara:

Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município (alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09)

Período de 17.04.2018 a 14.05.2018

Informação nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

Associação dos Dadores Benévolos de Sangue da Cidade de Tarouca.

Total: € 324,01

Finalidade: Apoio em espécie (refeições) aquando da recolha de sangue no dia 15/04/2018.

❖ **Associação dos Amigos dos Animais de Tarouca**

Total: € 18,17

Finalidade: Apoio em espécie (produtos alimentares) aquando da realização do Evento "CãoMinhada".

❖ **Sociedade Filarmónica de Salzedas**

Total: € 472,54

Finalidade: Apoio em espécie (produtos alimentares) aquando da realização do Aniversário da Banda.

❖ **Fábrica da Igreja Paroquial de Tarouca**

Total: € 200,00

Finalidade: Apoio em espécie (aluguer de trajes) aquando da realização da Via Sacra.

❖ **Clube de Tiro Douro Sul**

Total: € 602,70

Finalidade: Apoio em espécie (troféus) aquando da realização da "OPEN PORTUGAL IPSC" dia 14 e 15 de abril.

❖ **Associação Desportiva Recreativa Tarouquense**

Total: € 182,40

Finalidade: Apoio em espécie (produtos alimentares) para as atividades da Associação.

❖ **Sport Clube de Tarouca**

Total: € 539,49

Finalidade: Apoio em espécie (produtos desportivos) para as atividades da Associação.

Tarouca, 15 de maio de 2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira".

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

PONTO 11 - APOIOS CONCEDIDOS A ENTIDADES E ORGANISMOS LEGALMENTE EXISTENTES, COM VISTA À PROSECUÇÃO DE OBRAS E EVENTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO, BEM COMO ÀS FREGUESIAS - INFORMAÇÃO

Presente a seguinte informação do Senhor Presidente da Câmara:

"Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias (alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09)

Período de 17.04.2018 a 14.05.2018

Informação nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

❖ **Freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares**

Total: € 3.131,70

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a capela Mortuária de Valverde - Tarouca.

❖ **Freguesia da União das Freguesias de Gouveias e Ucanha**

Total: € 362,59

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção), para casa memória José Leite Vasconcelos - Ucanha;

❖ **Fábrica da Igreja Paroquial de Mondim da Beira**

Total: € 208,59

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção), para o Centro Paroquial de Mondim da Beira;

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

CÂMARA MUNICIPAL

2018/05/17

Tarouca, 15 de maio de 2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira".

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

PONTO 12 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA

Presente o resumo diário da tesouraria número oitenta e cinco, de dezasseis de maio corrente, o qual apresenta um saldo de dotações orçamentais no montante de € 294 258,20 (duzentos e noventa e quatro mil e duzentos e cinquenta e oito euros e vinte centimos) e um saldo de dotações não orçamentais no montante de € 253.515,66 (duzentos e cinquenta e três mil e quinhentos e quinze euros e sessenta e seis centimos).

Foi tomado conhecimento.

PONTO 13 - ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E RECREATIVA TAROUQUENSE - PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO NO VALOR DE € 4.000,00

Presente uma carta datada de catorze de maio corrente, remetida pela Associação Desportiva e Recreativa Tarouquense, solicitando a atribuição de um subsídio no montante de € 4 000, a título de prémio por ter alcançado os objetivos que se propôs para a época desportiva de 2017/2018, conseguindo o 1º lugar na Zona Norte e conquistando o título de Campeão Distrital da 1º Divisão AF de Viseu, com consequente subida à Divisão de Honra para a próxima época.

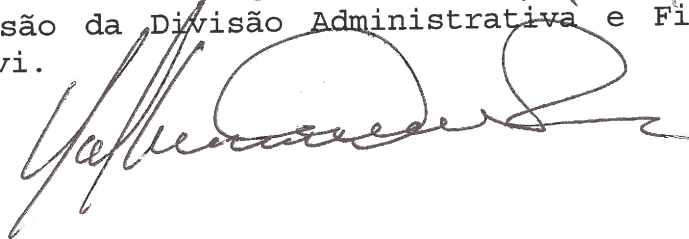
Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade:

a) Atribuir à Associação Desportiva e Recreativa Tarouquense um subsídio no montante de €2 000 (dois mil euros), a título de prémio pela conquista do título de Campeão Distrital da 1º Divisão AF de Viseu, com consequente subida à Divisão de Honra para a próxima época, mediante adenda ao protocolo em vigor (alínea o) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09);

b) Felicitar esta associação pelo excelente trabalho desenvolvido e os êxitos obtidos, representando tão bem o concelho de Tarouca.

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Câmara** declarou encerrada a reunião pelas onze horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata.

E eu, Leandro de Jesus Teixeira, Chefe
de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, a
subscrevi.

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Leandro de Jesus Teixeira', written over the printed name in the text above.